



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

**ATA**

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº.:  
029/2022/CPLO/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 0069.067710/2022-49/SEOSP/RO**

**OBJETO: Revitalização da Praça Ecoparque Pirarucu, localizada no município de Porto Velho/RO.**

**DATA DA SESSÃO: 05/12/2022.**

**HORÁRIO: 08h.**

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois às oito horas, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9263, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 09 de 17 de janeiro de 2022 e Portaria nº 90 de 04 de agosto de 2022**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, contra decisão de inabilita-la no presente certame em Ata de Reunião de 17/11/2022, e disponibilizado no site endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel) na mesma data, que teve sua sessão inaugural em 14/11/2022 às 09h.

Registra-se que a empresa **MADA CONSTRUÇÕES CIVIS E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA inabilitada no certame em tela** por não apresentar o Certificado de Registro no Cadastro Geral de Fornecedores, conforme disposto no item 13.1.1. do Edital, enviou via e-mail recurso administrativo no dia 24.11.2022, às 16h58min, portanto **INTEMPESTIVO** tendo em vista que o prazo para interposição de recurso findou em 24.11.2022, conforme Aviso de Julgamento de Habilitação publicado nos meios de comunicação previstos em lei ID's (0033719642) e (0033734109), nos quais são informados que as empresas participantes possuem o prazo de **05 (cinco) dias úteis** após publicação, previstos no art. 109, I, "a", da Lei nº. 8.666/93, combinado com § 5º do referido artigo, para querendo protocolarem recursos junto a SUPEL/RO, **no horário de expediente das 07h30min as 13h30min (horário local) ou através do e-mail: [cplo.supel.ro@gmail.com](mailto:cplo.supel.ro@gmail.com), também no horário de expediente das 07h30min as 13h30min (horário local)" (grifo nosso).**

**I- DAS PRELIMINARES**

- 1.) Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, contra o resultado do julgamento dos documentos de HABILITAÇÃO referente à **Tomada de Preços nº 029/2022/CPLO/SUPEL/RO**.
- 2.) CONTRARRAZÕES – não houve interesse por parte das empresas participantes do certame em contrarrazoar.
- 3.) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 8.666/93.

**II- DAS FORMALIDADES**

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório

retro identificado, divulgando o Aviso de Recurso ID (0033943164) e o recurso administrativo na íntegra no "site" da SUPEL – [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel).

### III- DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou por não conter qualificação técnica profissional para o serviço de "*Execução de alambrado estruturado por tubos de aço (montantes e escoras) e tela de arame em aço*" e por não ter comprovado o quantitativo mínimo para qualificação técnica operacional para o serviço de "*Execução de alambrado estruturado por tubos de aço (montantes e escoras) e tela de arame em aço*", descumprindo assim, parcialmente o exigido no item 16.4 alíneas c) e d) do Edital, alegando que:

**1)** Que (...) *o resultado da habilitação, apoiado em parecer da área contábil daquela comissão de licitações de obras apoia-se em exigência editalícia que, a bem da verdade, nem deveria existir, uma vez tratar-se de afronta direta aos ditames entabulados pela Lei e jurisprudência pátria.* (...)

**2)** Alega que o edital faz as exigências quanto a qualificação técnica maiores do que aquelas indispensáveis ao cumprimento das obrigações provenientes do contrato a ser celebrado.

**3)** ainda que (...) *para comprovar a sua qualificação técnica profissional, indicou como responsável técnico o Engº Civil Jorge José Amaro Junior, devidamente registrado no CREA-PA sob o nº 11787-D/PA, bem como as Certidões de Acervo Técnico, abaixo relacionadas: CAT nº 272122/2022 (as folhas 0071/0104) numeração da Transterra, onde é comprovada a experiência do profissional na execução dos seguintes serviços: - 001.07.30: Revestimento externo de paredes em chapa de ACM – estruturado. - 001.25.06: Grade em ferro para canaleta - 001.25.07: Guarda-corpo com corrimão em tubo de aço inox 1.1/2* (...)

**4)** Aduz que esses itens acima elencados foram destacados na documentação apresentada, pois são serviços com técnica executiva com complexidade igual ou superior a execução de um alambrado metálico, conforme exigido no edital.

Por último, afirma que não resta dúvidas que a recorrente comprovou tanto a aptidão técnica profissional e operacional e portanto, que seja reformada a decisão anteriormente proferida em ata pela Comissão de Licitação, possibilitando a participação da requerente na próxima fase do certame.

### IV- DA ANÁLISE DOS FATOS quanto ao RECURSO:

A CPLO ao compulsar a documentação de habilitação apresentada pela empresa requerente constatou que no quesito exigido no item 16.4 alíneas c) e d) do Edital "*Execução de alambrado estruturado por tubos de aço (montantes e escoras) e tela de arame em aço*" a empresa não comprovou através dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados o quantitativo mínimo exigido no item 16.4 "d" do edital que é de **95 m²**.

Constatamos a existência de um Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito privado em favor da requerente (fl. 63) da Documentação de Habilitação ou (fl. 13) do SEI (ID 0033686370), onde é demonstrado a execução de alambrado para quadra poliesportiva **65,54m²**.

Com relação a não comprovação da qualificação técnica profissional para o serviço "*Execução de alambrado estruturado por tubos de aço (montantes e escoras) e tela de arame em aço*", verificamos que no documento Termo de Compromisso alínea "b" (fl. 85) da Documentação de Habilitação) ou (fl.35) do SEI (ID 0033686370) o responsável técnico indicado pela empresa é o Engenheiro Civil Sr. Jorge Amaro José Junior.

Ocorre que através da documentação apresentada pela empresa requerente, o profissional que executou alambrado para quadra poliesportiva foi o Engenheiro Civil Sr. Vinícius Rodrigues Marques.

Em alinhamento a esse entendimento, o TCU conferiu o seguinte conteúdo da ementa daquele acórdão

*A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se à existência de profissionais com acervo*

*técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.* **Acórdão 1332/2006-TCU-Plenário**

Ao afirmar que o resultado da análise dos documentos de habilitação apresentado pela empresa requerente proferido em Ata de Reunião (...) *apoia-se em exigência editalícia que, a bem da verdade, nem deveria existir, uma vez tratar-se de afronta direta aos ditames entabulados pela Lei e jurisprudência pátria.* (...). Essa Comissão de Licitação ressalta que todo procedimento licitatório executado pela CPLO é pautado com estrita observância na legislação vigente.

O próprio edital no Preâmbulo informa que os atos licitatórios estão de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/06 e alterações Lei Estadual nº 2414 de 18 de fevereiro de 2011.

Se a empresa não concorda com alguma norma contida no edital, tem a prerrogativa de postular Pedido de Esclarecimento ou até mesmo Impugnação ao edital. No entanto, constatamos a ausência de pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital postulada pela requerente, conforme previsto no item 14 do edital.

#### **14 DO DIREITO DE PETIÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS EDITAL**

14.1 - A impugnação e os recursos do presente Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº. 8.666/93 deverá estar em conformidade com o disposto no art. 41, §§ 1º e 2º, e Art. 109 I e alíneas e §§ 2º, 3º, 4º e 5º da retro citada Lei.

“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a Administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

Como paradigma, considerar-se-á o seguinte aresto:

*Processo RMS 15051 / RS RECURSO ORDINARIO EM MANDADO DE SEGURANÇA 2002/0075521-5 Relator(a) Ministra ELIANA CALMON (1114) Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA Data do Julgamento 01/10/2002 Data da Publicação/Fonte DJ 18.11.2002 p. 166 LEXSTJ vol. 159 p. 50*

*Ementa ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO DO TIPO MENOR PREÇO - IMPUGNAÇÃO DO EDITAL - DECADÊNCIA - COMPATIBILIDADE COM A EXIGÊNCIA DE PREÇOS UNITÁRIOS E COM O VALOR GLOBAL.*

*1. A partir da publicação do edital de licitação, nasce o direito de impugná-lo, **direito que se esvai com a aceitação das regras do certame, consumando-se a decadência** (divergência na Corte, com aceitação da tese da decadência pela 2ª Turma - ROMS 10.847/MA).*

2. A licitação da modalidade menor preço compatibiliza-se com a exigência de preços unitários em sintonia com o valor global – arts. 40, 44, 45 e 48 da Lei 8.666/93.
3. Previsão legal de segurança para a Administração quanto à especificação dos preços unitários, que devem ser exequíveis com os valores de mercado, tendo como limite o valor global.
4. Recurso improvido.

Todavia, a recorrente não impugnou o edital no prazo legal, motivo pelo qual, não cabe alegar em sede recursal que o edital possui vícios, haja vista que o direito a impugnar as normas editalícias está precluso. Nesse sentido, oportunamente colaciona-se a decisão exarada pela 2ª Turma do STJ: “I – o edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. Ele é que fixa as condições de realização da licitação, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, regulando todo o certame público. II – Se o Recorrente, ciente das normas editalícias, não apresentou em época oportuna qualquer impugnação, ao deixar de atendê-las incorreu o risco e na possibilidade de sua desclassificação, com de fato ocorreu”. (RMS nº 10847/MA). (gn). De qualquer modo, em respeito ao contraditório e à ampla defesa, analisaremos o mérito da questão apresentada.

Desta forma, caso o licitante não tenha apresentado qualquer impugnação ao edital, no prazo estabelecido na lei, e, a par disso, tenha adotado uma ação positiva, ou seja, a participação na licitação, deve-se entender que, de fato, não seria mais possível a ele arguir vícios futuros no edital.

Neste sentido é a lição de Marçal Justen Filho, para quem é necessária a conjugação destes dois fatores – ausência de impugnação do edital e participação na licitação – para que o licitante fique impedido de arguir perante o Judiciário o vício porventura existente. Estas são as palavras do mencionado professor:

*“Daí se segue que o puro e simples silêncio ou a mera omissão não podem ser interpretados como manifestação de vontade, segundo as concepções clássicas da Teoria Geral do Direito. Como regra, a renúncia a direito pode ser produzida quando o silêncio for qualificado ou acompanhado de alguma outra forma de manifestação inequívoca de vontade. Isso permite afirmar que o sujeito que participa de uma licitação, submetendo-se a todas as exigências contempladas no ato convocatório, atual tal como se não tivesse ressalva ou divergência em vista das cláusulas editalícias.*

*Ou seja, a questão não reside na pura e simples omissão de impugnar as condições do edital, mas na participação no certame, sem ressalvas. Somam-se duas condutas distintas: ausência de impugnação (atuação omissiva) e participação no certame (atuação ativa), permitindo-se extrair-se a inferência de que o sujeito manifestara sua concordância com as condições estabelecidas e a renúncia a discordâncias.”*

## V – DA CONCLUSÃO:

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação conhece o Recurso Administrativo interposto, para **negar-lhe provimento**, mantendo sua decisão de inabilitação da empresa **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, com base na Lei Federal nº 8.666/93. Portanto fica mantida a decisão proferida na Ata do dia 17/11/2022 **INABILITADAS** as empresas: **TRANSTERRA LOGÍSTICA E EMPREENDIMENTOS LTDA**, **B. DE ALCANTARA MOURÃO, COMBATE CLEAN CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA** e **MADA CONSTRUÇÕES CIVIS E COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA** e **HABILITADA** a empresa **H. T. SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - ME**. Porto Velho/RO, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois às oito horas e cinquenta minutos.

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

**ERALDA ETRA MARIA LESSA**

Presidente

**HARRISSON LUCAS OLIVEIRA RODRIGUES**

Membro/Substituto

**NADIANE DA COSTA LAIA**

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 05/12/2022, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 05/12/2022, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **HARRISSON LUCAS OLIVEIRA RODRIGUES, Membro**, em 05/12/2022, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0034154725** e o código CRC **1D58B06F**.